

Texto B:**Um Crime e um Luxo dispendioso***Myriam Becho Mota & Patrícia Ramos Braick*

No bojo das transformações que estavam ocorrendo no Brasil imperial, uma questão desencadeou discussões intermináveis e apaixonadas em toda a sociedade: a abolição da escravatura. A discussão para saber se o trabalho escravo poderia ser responsável pelo “atraso” do país, diante das “evoluídas” nações européias, ocupou jornalistas, escritores e políticos. Sem dúvida, a mancha do escravismo desfigurava a imagem “moderna” e “civilizada” que o império se preocupava em manter e anulava boa parte de seus esforços para atrair imigrantes europeus. Num nível mais profundo da discussão, qualquer pessoa com uma visão do mundo fundamentada nas concepções iluministas, liberais ou republicanas considerava a sociedade imperial criminosa bárbara devido à simples existência do trabalho servil, independentemente dos castigos físicos que pudessem recair sobre os escravos.

Na segunda metade do século XIX, a sobrevivência do escravismo não era apenas vista como criminosa, moralmente condenável, “prejudicial a imagem do Brasil no exterior”. Manter escravos se tornava um luxo dispendioso, o trabalho servil se mostrava cada vez menos rentável.

Na verdade, a transição do trabalho escravo para o trabalho livre representava uma exigência da expansão capitalista. A Inglaterra, pioneira na Revolução Industrial e na luta contra o tráfico negreiro, tinha consciência de que o escravismo constituía um entrave ao aumento dos mercados consumidores de suas manufaturas, e exercia forte pressão para por fim a esse obstáculo. A pressões externas aliavam-se às pressões decorrentes do próprio desenvolvimento urbano. Nas cidades, a contratação de trabalhadores livres, cada vez mais numerosos, se mostrava bem mais lucrativa do que o recurso à mão-de-obra escrava.

Tudo isso favoreceu a aprovação de uma série de leis que restringiram gradativamente a esfera de ação do escravismo. A primeira, em 1850, foi a Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico negreiro. Em 1871, a chamada Lei do Ventre Livre assegurou a liberdade dos filhos de escravas que nascessem após a sua entrada em vigor.

A assinatura da Lei do Ventre Livre amorteceu temporariamente as pressões externas contra a escravidão no Brasil, as quais haviam se tornado mais fortes após a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865) e a libertação dos escravos naquele país. Em contrapartida, deu novo impulso à campanha abolicionista no Brasil, que conquistou adeptos entre a elite e os elementos das camadas médias urbanas. Em 1880, foi criada a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, liderada por Joaquim Nabuco e outros abolicionistas. Em 1883, José do Patrocínio e João Calp fundaram a Confederação Abolicionista, unindo diversas associações antiescravistas.

Toda a década de 1880 foi marcada por intensos debates sobre a questão abolicionistas, principalmente na imprensa. Como se tratava de assunto polêmico mereceu cada vez mais espaço dos jornais. Mas nem todos os periódicos aderiram à campanha, uma vez que vários anunciantes eram senhores de escravos.

Na capital do império, circulavam diversas publicações abolicionistas. Em suas páginas eram abordados todos os assuntos que pudessem contribuir para o avanço da luta contra a escravidão: resumos de conferências, datas e locais de eventos organizados para angariar fundos destinados ao movimento abolicionista, cópias de alforrias e relatos de violências cometidas contra os escravos.

Procurando fugir a um confronto direto com as forças governistas, os partidários do abolicionismo conduziram sua campanha dentro da lei e da ordem, o que não os impediu,

muitas vezes, de responsabilizar D. Pedro II, seus familiares e membros do governo pela manutenção da escravidão.

Em contrapartida, os senhores de escravos reagiram à ação dos abolicionistas através de calúnias, difamações, punições e ameaças de morte. Líderes como Joaquim Nabuco e José do Patrocínio chegaram até sofrer acusações de serem “socialistas” e “anarquistas”. Em 1885, as elites do império tiveram de fazer novas concessões na tentativa de conter a campanha abolicionista. Foi assinado então a Lei Saraiva Cotegipe ou Lei do Sexagenário que dava liberdade a todos os escravos com mais de 65 anos. Finalmente, em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel, na ausência do seu pai, D. Pedro II, e pressionada pelos setores abolicionistas assinou a Lei Áurea, libertando os escravos no Brasil.

Cabe observar que a Lei Áurea não extinguiu a escravidão no Brasil. O que ela fez foi tornar livres todos os escravos por um período de 100 anos. Decorrido este prazo, no governo do Presidente José Sarney, esta lei foi revogada e a escravidão declarada extinta definitivamente. Claro que isso não significa que a escravidão só desapareceu do Brasil em 1988; nossa sociedade já estava bastante atrasada ao aboli-la em 1888, apesar dos termos peculiares da lei áurea. Mas a própria redação “cautelosa” do texto legal mostra a preocupação em aplacar os donos de escravos para que continuassem a apoiar o império vacilante.

Após a abolição a vida dos negros não sofreu muitas alterações, uma vez que não houve uma preocupação de integrá-los à sociedade. Alguns ex - escravos plantaram pequenas roças de subsistência. Outros conseguiram empregos precários nas regiões rurais ou então se dirigiram às cidades, formando uma mão-de-obra marginalizada. Em algumas regiões, as autoridades exigiram que o ex - cativo assinasse um documento comprometendo-se a “viver bem em sociedade”. Isso significava que ele teria que trabalhar, mesmo que faltassem empregos.

Milhares de negros libertos dirigiram-se para o Rio de Janeiro. Como o mercado de trabalho na região da capital não conseguiu absorver todo o contingente, foi grande o número de desempregados e subempregados. Todos considerados, na época, preguiçosos, malandros e vadios pela parcela “branca” da sociedade. Juízos de valor que em certa medida persistem, numa evidência de que o preconceito é continuamente alimentado por uma situação de inferioridade social. As camadas populares do Brasil estão longe da cidadania plena.

A idéia de que vivemos em uma democracia racial vem de longe e se tornou quase que uma noção de senso comum, legitimada por uma convivência racial que, embora marcada por discriminação e conflito, se faz por negociação permanente.

O paradigma das classes sociais, no entanto, relegou a segundo plano a questão racial, transformando-a em social. O capitalismo contemporâneo podia no Brasil se desenvolver em paz. Os conflitos que agitavam o continente africano no processo de descolonização ou que promoviam a violência nos EUA em plena luta pelos direitos civis da população afro - americana não teriam por que chegar ao gigante luso - tropical.

Finalmente o consenso se rompeu. Os blocos afros de Salvador procuraram entrar no circuito internacional da world music, construindo não um Brasil de brancos, negros e índios, mas de negros. Líderes indígenas rodam o mundo junto a personalidades internacionais, denunciando as atrocidades cometidas nos sertões. Imagens da violência urbana povoam a mídia nacional e internacional. O conflito está em pauta. Não há como escapar: o Brasil mudou.

A violência e a desigualdade convivem com uma certa intimidade que inibe a explicitação do conflito social.

HAMBURGUER, Ester, & THOMAZ, Osmar Ribeiro, Folha de São Paulo, 22/11/1994.
In: MOTA, Myriam Becho, & BRAICK, Patrícia Ramos,
Das Cavernas ao Terceiro Milênio, São Paulo: Moderna, 1997.

Os republicanismos no Brasil

1- Introdução:

A análise do movimento republicano no Brasil, deve estar ligado ao conjunto das transformações que marcaram o final do século XIX no país. Longe de ser um produto histórico explicado apenas pelos fatos ocorridos no 15 de novembro, a república brasileira resultou de um longo processo de amadurecimento do projeto republicano, ao mesmo tempo em que o império mostrava-se cada vez mais incapaz de equacionar sua própria crise.

Vários elementos contribuíram para o ocaso do império: o fim da escravidão colocou os escravocratas contra a monarquia; o surgimento de um discurso republicano nas cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, contribuíram decisivamente para a construção de um ideário republicano no Brasil.

Resultado de uma articulação política que combinou o golpismo militar do exército, associado ao anseios políticos dos cafeicultores, eis que surgiu a república nacional, muito mais uma transição conservadora, a primeira da história republicana e mais uma na história política nacional.

2- A decadência do Império

Grosso modo pode-se definir o desgaste do império em função de alguns aspectos:

a) A questão religiosa: durante o império a Igreja estava ligada ao Estado pelo sistema de padroado, que significava a interferência do Estado (monarquia) em assuntos da Igreja. Entretanto a Bula SYLLABUS, que proibia a presença de maçons em irmandades católicas, criou um atrito entre igreja e Estado, já que o Visconde do Rio Branco, por ordem de D. Pedro vetou a aplicação desta bula no Brasil. Estava colocado o conflito: a Igreja passou a desejar autonomia em relação ao Estado e colocou-se indiferente à sorte do império.

b) A questão militar: está ligada ao crescimento da importância política dos militares na vida nacional, fato este relacionado à guerra do Paraguai, de onde os militares retornaram vitoriosos e fortalecidos. Por não desempenhar papel relevante na estrutura do poder monárquico o exército não se sentia fiel ao imperador, ficando a vontade para pugnar pela sua queda. Ademais, um considerável número de positivistas articulava-se no interior do exército e os positivistas, como é sabido, eram favorável ao modelo político republicano, autoritário e reformista. A participação dos militares foi decisiva na decretação na falência da monarquia, pois a república nasceu de um golpe militar.

c) A questão servil: foi um elemento básico na queda da monarquia. A escravidão foi um suporte fundamental na manutenção do regime monarquista, pois garantia o apoio dos escravocratas ao império. Com a falência da escravidão, o império perdeu seu maior suporte social. Soma-se a isto a vinda dos imigrantes, a formação de uma nova elite desvinculada do trabalho escravo, as pressões inglesas e as revoltas dos escravos que em conjunto determinaram a falência da escravidão no Brasil.

As pressões dos escravos devem merecer atenção especial, já que por muito tempo foi colocada de lado na análise sobre a abolição. As rebeliões contra o cativo, as revoltas, as fugas e a formação de quilombos em pleno final do século XIX deixou as elites nacionais alertas para o seguinte aspecto: era melhor organizar a abolição de cima para baixo, do que lidar com muitas pressões dos escravos. Desta forma, para não desagradar as elites a abolição no Brasil obedeceu a um duplo aspecto: de forma gradual e conciliatória.

Por outro lado, a abolição provocou um outro efeito danoso à monarquia. Os fazendeiros escravocratas, desgostosos com a lei Áurea, retiraram seu apoio ao império, criando o que José do Patrocínio chamou à época de republicanos de 14 de maio.

Os debates mais recentes levantam mais um aspecto no que diz respeito aos efeitos da abolição/república: as elites agrárias temiam que a abolição abrisse o caminho para outras mudanças sociais, como por exemplo, a Reforma Agrária, daí a pressa das elites em resolver a questão abolicionista. Desta forma, a república veio como forma de garantir ao conservadorismo da estrutura latifundiária no país. Aliás, a república consagrou o domínio político dos fazendeiros no país, exatamente em função da vitória em projeto: o federalismo.

d) A questão federalista: o desenvolvimento da lavoura cafeeira no Oeste de São Paulo fez surgir uma nova elite agrária de perspectiva mais empresarial, que incorporou muitos imigrantes à produção cafeeira. Nas cidades, o fluxo do capital inglês e o crescimento das atividades urbanas levou ao surgimento de novos grupos sociais nas atividades ligadas aos sistemas bancário, comércio e serviços em geral.

Apesar deste crescimento, os cafeicultores paulistas não possuíam poder de mando político em seu estado, já que dominava o unitarismo do imperador. Desta forma, os cafeicultores passaram a sustentar a bandeira do federalismo, que permitiria a descentralização do poder, a autonomia das províncias e o conseqüente poder de mando em seu estado.

O modelo federalista permitiria a emergência dos oligarcas na vida política nacional. Basta lembrar que durante a república oligarca, conheceram de perto o mando políticos dos coronéis com a adoção de mecanismos políticos como o voto do cabresto e as fraudes eleitorais.

O federalismo, entretanto, somente seria possível com a instalação do modelo republicano, daí a adesão dos cafeicultores. A elite cafeeira inspirou-se no modelo liberal norte americano (que permitiria estabelecer as regras nas relações de trabalho sem a presença de uma legislação social importuna, o que foi ausente em todo o período oligarquia) e federalista (que possibilitava um mecanismo jurídico de controle de poder, em função da descentralização política).

3- A Conjuntura do período - As mudanças sociais e urbanas e a propaganda republicana:

A república brasileira foi fruto de um movimento essencialmente urbano, ainda que tenha contado com uma participação ativa dos cafeicultores (elite rural), em sua propagação. Filha do seu tempo, a república incorporou as mudanças sociais que se experimentavam nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, tendo sido consumada de fato na primeira, então capital do império.

A cidade do Rio de Janeiro passava por importantes transformações no final do século XIX. Foi no Rio e São Paulo que a propaganda republicana estava colocada com maior incidência. Veiculada em jornais, revistas e outro periódicos da cidade que falavam em "Viva a República".

A emergência de novos grupos sociais, desvinculados dos monarquistas e ligados às atividades urbanas, como o comércio, a indústria nascente e os serviços urbanos, contribuíram o fluxo da campanha republicana nas cidades.

Em 1870, foi lançado o Manifesto Republicano. O manifesto foi firmado por aqueles que viriam a compor no interior do Partido Republicano Paulista, o grupo dos republicanos históricos: "somos da América e queremos ser americanos" conclamava o manifesto tendo a frente Saldanha Marinho. Ser americano significava ser republicano.

No final do século XIX tinha-se a clara impressão de que o declínio da monarquia era apenas uma questão de tempo. Poucos acreditavam que pudesse haver um terceiro reinado, o império estava desgastado e sem apoio na sociedade. Desta forma, a falência interna da monarquia contribuiu em demasia para a vitória da república.